

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PEDRO RAFAEL IOUNGBLOOD

PLANO DIRETOR DE DEFESA CIVIL DE CURITIBA
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

CURITIBA
2016

PEDRO RAFAEL IOUNGBLOOD

PLANO DIRETOR DE DEFESA CIVIL DE CURITIBA
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL NAS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO

Trabalho apresentado como requisito parcial
à obtenção de especialização em Gestão
Pública Municipal no curso de Pós-
Graduação Lato-Sensu em Gestão Pública
Municipal, setor de Ciências Sociais
aplicadas da Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Luiz Panhoca

CURITIBA
2016

Dedico este trabalho a pessoas muito especiais em minha vida:

À minha esposa Michele por todo o seu apoio, amor, carinho e dedicação ao nosso sacramento do matrimônio, no qual sou muito feliz.

À minha filha Stephanie e a minha filha Raphaela que está para chegar em alguns meses com a graça de Deus ao qual rezo que em seu nascimento venha com muita saúde.

Aos meus pais Pedro e Maria por todas as lições e estudos proporcionados em minha infância que me introduziram em um caminho de trabalho e estudos.

A Minha irmã Elaine por todo o apoio que tem prestado a mim

Aos meus avós maternos (in memoria) Pantelis e Vassilia que me deixaram grandes lições de respeito ao próximo e uma conduta ilibada.

Aos meus avós paternos Osvaldo e Hilda por todos seus aconselhamentos, por me mostrarem a grandiosidade de servir a igreja, e por todo o amor e carinho que sinto por eles.

Ao meu sogro e minha sogra Lourival e Rosidete por todo o apoio que tem prestado a minha família.

A todos meus amigos de trabalho da Coordenadoria Técnica de Proteção e Defesa Civil de Curitiba pelos ensinamentos e colaboração no trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Luiz Panhoca, por sua orientação no decorrer dessa pesquisa demonstrando segurança e conhecimento.

Ao curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em Gestão Pública Municipal, na pessoa da Coordenação Prof. Dr. Glauco Gomes de Menezes, do setor de Ciências Sociais aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pelo apoio recebido.

Aos tutores que ao longo do curso esclareceram dúvidas e contribuíram com sugestões.

“Na ocorrência de desastres não sobrevivem os mais fortes
e sim os mais preparados”

Proteção e Defesa Civil Nacional

RESUMO

Há várias comunidades escolares que ainda não possuem o conhecimento de como agir em situações de emergência. Diante dessa realidade, surge a necessidade da disseminação de conteúdos afetos a proteção e defesa civil, propiciando uma cultura de prevenção e o enfrentamento de desastres. Os entes federados tem o dever de adotar as medidas necessárias à minimização e mitigação dos riscos a desastres, e assim, preservando a vida da população. A revisão do Plano Diretor de 2015 de Curitiba não contemplou em seus princípios e diretrizes a proteção e defesa civil nos ambientes escolares. Dessa maneira o presente trabalho propõe ao Poder Executivo Municipal de Curitiba um inciso para inserção do plano diretor setorial de proteção e defesa civil de Curitiba que encontra se em processo de construção e também demonstrar itens necessários na confecção do plano de ação do plano diretor setorial, referente ao tema defesa civil nas instituições de ensino de Curitiba com o intuito da garantia de norma legislativa ao tema e promoção continua dos conhecimentos afetos a defesa civil na comunidade escolar.

Palavras-chave: Proteção e Defesa Civil. Plano Diretor. Instituições de Ensino. Educação. Conhecer Para Prevenir.

ABSTRSCT

There are several school communities that do not have the knowledge of how to act in emergency situations. Given this reality, there is the need for dissemination of content affects the protection and civil defense, providing a culture of prevention and disaster management. The federal agencies have a duty to take the necessary measures to minimize and mitigate the risks to disasters, and thus preserving the life of the population. The review of the Director 2015 Curitiba Plan did not include in its principles and guidelines protection and civil defense in school environments. Thus this paper proposes the Curitiba Municipal Executive one item to insert the sector director of civil defense and protection plan of Curitiba which is in the construction process and also demonstrate items required in making the action plan of the sector master plan, concerning the theme civil defense in Curitiba educational institutions with the aim of the legislative standard warranty to the topic and promotion continues affections knowledge of civil defense in the school community.

Keywords: Protection and Civil Defense. Master plan. Education institutions. Education. To prevent meet.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	18
FIGURA 2 – SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	21
FIGURA 3 – PERÍODOS DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	23
FIGURA 4 – RODA DA RESILIÊNCIA	26
TABELA 1 – QUADRO DEMOSTRATIVO DAS UNIDADES ESCOLARES IMPLANTADAS	36
TABELA 2 – NUMERO DE EQUIPAMENTOS DA RME	36
TABELA 3 – NUMERO DE INSTITUIÇÕES DE NSINO EM CURITIBA	37
QUADRO 1 – MODELO DE PLANO DE AÇÃO	39

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

COMPDEC	– Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil
CPP	– Defesa Civil na Educação – Conhecer Para Prevenir
PD	– Plano Diretor
PDC	– Proteção e Defesa Civil
PDSPDC	– Plano Diretor Setorial de Proteção e Defesa Civil de Curitiba
PMC	– Prefeitura Municipal de Curitiba
PPEL	– Plano de preparação para emergências Locais
RME	– Rede Municipal de Ensino
SMDS	– Secretaria Municipal da Defesa Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 APRESENTAÇÃO.....	13
1.2 OBJETIVO GERAL.....	14
1.3 OBJETIVO ESPECÍFICOS.....	14
1.4 JUSTIFICATIVA DO OBJETIVO.....	15
1.4.1 A IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE PARA A ÁREA DE ESTUDO	15
1.4.2 A IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO DE CURITIBA E PARA A SOCIEDADE.....	15
2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA	17
2.1 OS PRINCIPAIS CONCEITOS E TEMAS PARA O OBJETO DE ESTUDO ...	17
2.2 EXPLANAÇÃO DOS CONCEITOS E TEMAS	18
2.3 DESCRIÇÃO DOS CONCEITOS PARA APLICABILIDADE NO PLANO DIRETOR	23
3 DESCRIÇÃO E DIAGNÓSTICO DO PLANO SETORIAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE CURITIBA	28
3.1 DESCRIÇÃO	28
3.2 DIAGNÓSTICO	32
4 PROPOSTA TÉCNICA PARA O PLANO SETORIAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE CURITIBA	35
4.1 PROPOSTA TÉCNICA.....	35
4.1.1 PLANO DE IMPLANTAÇÃO.....	37
4.1.2 RECURSOS.....	40
4.1.3 RESULTADOS ESPERADOS.....	41
4.1.3.1 MENSURAÇÃO DE IMPACTOS.....	42
5 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

O acentuado crescimento nos últimos anos em Curitiba fez com que os setores públicos readequassem suas políticas e planejamentos para o município visando atender a demanda e ordenação das áreas e planos em todos os temas transversais a proteção e defesa civil (PDC).

O Plano Diretor (PD) é um instrumento que viabiliza e propicia o planejamento adequado para uma cidade, deliberando diretrizes e princípios que norteiam a cidade pelos seus próximos 30 anos.

Para Ferreira (1986) planejamento “é o trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos determinados”. Verificamos que planejamento é propiciar um conjunto de medidas previamente estabelecidas dentro de um contexto local seguindo normas e tabulando medidas que venham a determinar quais ações ou atividades devem ser executadas ou estabelecidas.

Sob um viés metodológico que considera a interface e transversalidade entre as diversas políticas públicas que convergem para efetivação da política pública de proteção e defesa civil, o plano diretor setorial de proteção e defesa civil de Curitiba (PDSPDC) tem por fundamento a priorização do direito à vida nas políticas públicas e ações da municipalidade. Focaliza-se na prevenção e na redução dos riscos e vulnerabilidades socioambientais, proporcionando a autoproteção do indivíduo e, por consequência, a defesa comunitária da população em Curitiba.

Em 17 de dezembro foi aprovado a Lei Municipal nº 14.771 (CURITIBA, 2015) que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba. Apesar do grande avanço nesta Lei contemplando um Capítulo específico para a PDC de Curitiba Inserida no Título da Defesa Social, esta legislação não contemplou em seu teor diretrizes ou princípios específicos para PDC nas instituições de ensino.

Com a aprovação do PD no Município de Curitiba, Estado do Paraná, encontra-se em desenvolvimento o processo de construção do PDSPDC. Neste sentido, é imprescindível a inserção de conteúdos que visem à proteção e defesa das comunidades escolares no âmbito do município, como pressuposto para a implantação do plano de ação e também uma garantia legislativa para os próximos 30 anos.

Há uma grande diversidade de edificações em Curitiba na qual estão inseridas instituições de ensino, cada uma com diversas características e perfil econômico e social. Ainda algumas estão situadas em locais de risco e muitas vezes a comunidade escolar possui poucas informações sobre como agir em situações de crise.

No livro *Desastres Naturais: conhecer para prevenir* (2012) nos mostra que o gerenciamento de desastres é um dos instrumentos de gestão urbana, que integrado a outras políticas públicas, tem finalidade de reduzir, prevenir e controlar de forma permanente o risco de desastre na sociedade (NOGUEIRA, 2002; LAVELL, 2003).

Desta forma o PD sendo um instrumento de planejamento na cidade também tem o papel de contribuir para reduzir o risco de desastres, por meio de normas legislativas que condicionam a vida em sociedade.

Diante deste cenário desde 2005 em Curitiba, o programa Defesa Civil na Educação – Conhecer Para Prevenir (CPP) vem sendo implantado na Rede Municipal de Ensino (RME) visando preparar a comunidade escolar a se prevenir e como atuar em situações de eventos adversos.

Uma política pública que vem sendo efetuado com o direcionamento para as unidades da RME de forma gradativa dentre os equipamentos e de forma escalonada a capacitação e orientação da comunidade escolar.

Ferreira *et al.* (2011) afirmam que "através de projetos e Programas de capacitação e ao promover a participação popular com a finalidade de desenvolver capacidades, os atores sociais estarão qualificados para esta nova relação entre sociedade civil e Estado."

Há várias etapas na implantação do Programa CPP desde a reunião com a direção da unidade escolar até a capacitação dos alunos. Após a implantação a unidade é assistida semestralmente por equipes já estabelecidas, verificando o desempenho dos participantes por meio de exercícios simulados.

A Lei Municipal nº 14.579 de 22 de dezembro (CURITIBA, 2014) "dispõe sobre a implantação e manutenção do Programa Defesa Civil na Educação – Conhecer Para Prevenir, em todas as Instituições de ensino de Curitiba". Verifica se que neta legislação o objetivo é atingir não apenas a RME, mas todas as unidades escolares em Curitiba sejam municipais, estaduais, federais ou particulares e ainda

nos diferentes níveis de escolarização da educação infantil, fundamental, médio, graduação, entre outros.

Assim é pertinente o município tende a adotar medidas que garantam a promoção desta política pública a toda comunidade escolar. Além do PDSPDC é imprescindível mensurar quais instituições de ensino de Curitiba que estão inseridas no programa bem como demonstrar itens necessários para um plano de ação depois de formalizada a etapa do PDSPDC.

O PDSPDC encontra se em fase de discussões e formulação de propostas oriundas do público interno, principalmente dos servidores ligados a PDC, fato este por possuírem notórios conhecimentos afetos ao tema e ainda por estarem à frente da coordenação e execução de várias atividades e ações em PDC.

Assim o PSDSDC é um tema relevante e de suma importância para o município de Curitiba por tratar de normas que incidirão sobre as decisões que devem ser tomadas pelo Poder Executivo Local em relação ao regramento das ações em PDC.

A contribuição deste estudo será uma reflexão da importância de uma norma legislativa como garantia das políticas publica a médio e longo prazo e a relevância da PDC nas instituições de ensino em Curitiba sendo uma ação preventiva para salvaguardar o maior patrimônio que uma cidade possui, a vida.

1.1 APRESENTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), através da Secretaria Municipal da Defesa Social (SMDS), por intermédio da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) de Curitiba, na qual está inserida a Coordenadoria Técnica da Defesa Civil, tem a competência de propor e analisar, juntamente com os demais órgãos setoriais, a revisão do plano diretor, plano setorial e plano de ação no tema afeto a PDC.

A revisão do PD de Curitiba em 2015 não contemplou em seu teor princípios e diretrizes para a proteção e defesa civil nas instituições de ensino no município, visto que a legislação federal preconiza esta inclusão, assim pretende se demonstrar

e propor a inserção de princípios junto ao plano setorial de proteção e defesa civil que está em análise. Também serão demonstrados itens pertinentes ao plano de ação que deverá ser implementado logo após a formalização do PSDSDC.

Dessa maneira, este projeto técnico aborda um tema atual e oportuno, visto que se encontra em fase de discussão e apresentação de propostas o PSDSDC, contribuindo esta pesquisa científica no processo de construção do plano setorial.

1.2 OBJETIVO GERAL

Propor a inserção no PSDSDC um inciso que dispõem sobre a inclusão nos currículos das instituições de ensino os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios, e demonstrar itens necessários na confecção de um plano de ação, e assim, visando à continuidade e promoção das políticas públicas da PDC nos ambientes escolares.

1.3 OBJETIVO ESPECÍFICOS

Para a análise e proposição deste projeto técnico ao município de Curitiba, será necessário para atingir o objetivo proposto a elucidação das seguintes ações e etapas a partir de uma pesquisa teórica, conforme segue:

- a) Descrever os fundamentos da doutrina de proteção e defesa civil e sua atuação nas instituições de ensino de Curitiba.
- b) Diagnosticar as legislações pertinentes ao tema proteção e defesa civil nas instituições de ensino.
- c) Descrever sobre as atividades e ações do “Programa Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir”
- d) Mensurar quais instituições de ensino de Curitiba possui o programa e demonstrar quais medidas são necessárias para atingir a todas.

e) Analisar e Propor ao Poder Executivo a inserção de um inciso no PSDSDC.

1.4 JUSTIFICATIVA DO OBJETIVO

1.4.1 A IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE PARA A ÁREA DE ESTUDO.

É de suma importância à confecção deste trabalho científico devido à conjuntura atual que se encontra em fase de tramitação o PSDSDC, permitindo assim a proposição deste estudo científico em qual coincide em mesmo tempo a confecção dos trabalhos.

Conforme rege a Lei Federal 12.608 de 10 de abril (BRASIL, 2012) em seu artigo 2º: É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre. Neste sentido o poder público deve adotar medidas que preservem a vida da população contra possíveis acidentes e desastres.

Esta mesma Lei também no mostra em seu Artigo 9º inciso I: desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País. Dessa maneira a propagação do conhecimento em temas afetos a proteção e defesa civil a população é imprescindível para estimular a percepção dos riscos existentes nos ambientes a sociedade.

1.4.2 A IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO DE CURITIBA E PARA A SOCIEDADE

Na sociedade atual há falta de conhecimento e informação sobre proteção e defesa da vida no enfrentamento de desastres e acidentes. A sociedade frequenta as edificações sem se preocupar com hábitos de autoproteção e segurança coletiva,

com a comunidade escolar não é diferente e é possível afirmar que não possuem uma cultura de prevenção e nem percebem os riscos a que estão expostos.

O número de acidentes e desastres vem aumentando ao longo do tempo, além do aumento dos gastos do poder público para atender a demanda no setor saúde. Diante dessa realidade surge o desafio da disseminação de conteúdos preventivos a sociedade civil e temas afetos a proteção e defesa civil, e o questionamento: qual a forma de propagação dos conhecimentos acerca de temas da proteção e defesa civil para comunidade escolar pode contribuir para uma vida em segurança?

Surgem ainda outros questionamentos, entre eles: a comunidade escolar sabe como agir em casos de acidentes ou desastres? Em casos de desastres que medidas devem ser adotadas para redução ou minimização dos impactos e danos para que tenham uma vida em segurança?

2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA

2.1 OS PRINCIPAIS CONCEITOS E TEMAS PARA O OBJETO DE ESTUDO

A fundamentação teórica que embasa e orienta as reflexões e conclusões desse trabalho trazem documentos oficiais, legislação e autores como Almeida e Pascoalino (2009), Freire (1980), entre outros.

Almeida e Pascoalino (2009) tratam da ausência de preocupação com a prevenção de acidentes o que acaba por colocar a população em risco a cada ocorrência ou emergência, Freire (1980) contribui com a definição de conscientização e de sua importância para a mudança de cultura, e Tenan (1977) traz a luz a Defesa Comunitária e seus fundamentos.

Dentre as leis destacamos a Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012 e a Lei Municipal de Curitiba nº 11.645 de 22 de Dezembro de 2005, que indica a necessidade de fomentar e oportunizar os conceitos de proteção e defesa civil para as comunidades. A Lei Municipal 14.579 de 22 de dezembro de 2014 dispõe sobre a implantação do programa nas instituições de ensino de Curitiba.

A Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 estabelece as diretrizes gerais da política urbana no país, na qual temos um enfoque no estatuto das cidades que norteia e preconiza a necessidade do planejamento urbano nos municípios.

Também será explanado sobre o termo estabelecido entre o município de Curitiba e a ONU sobre as cidades resilientes que estabelece ações preventivas nas unidades de ensino e sobre o protocolo de Hiogo.

O projeto do Programa defesa civil na educação – conhecer para prevenir descreve sobre os procedimentos adotados na implantação do programa nas unidades da rede municipal de ensino.

2.2 EXPLANAÇÃO DOS CONCEITOS E TEMAS

A defesa civil no Brasil e no Mundo teve sua aparição com Segunda Guerra Mundial. Com um grande número de vítimas surge em 1940 na Inglaterra a primeira defesa civil.

Mundialmente, o sistema de proteção e defesa civil se organiza com a participação da sociedade na busca da promoção de ações preventivas, principalmente, seguindo o tema Defesa Comunitária.

Para Tenan (1974, p. 32):

A Defesa Comunitária está fundamentada no princípio de que nenhum governo tem capacidade para solucionar todos os problemas que possam afetar a comunidade. Sendo assim, torna-se imprescindível que o povo coopere com as autoridades governamentais para que, no seu próprio interesse, sejam resolvidos os diferentes problemas que possam afetar a comunidade.

Verifica-se que é indispensável que a população compreenda seu papel como corresponsável pela segurança e prevenção de acidentes, sendo necessário estabelecer vínculos entre as políticas públicas, educação e os mecanismos de redução de desastres em atividades locais na comunidade.

A estrutura organizacional é sistêmica e de caráter multidisciplinar envolvendo harmonicamente órgãos setoriais nas três esferas governamentais, conforme verificamos (FIGURA 1).

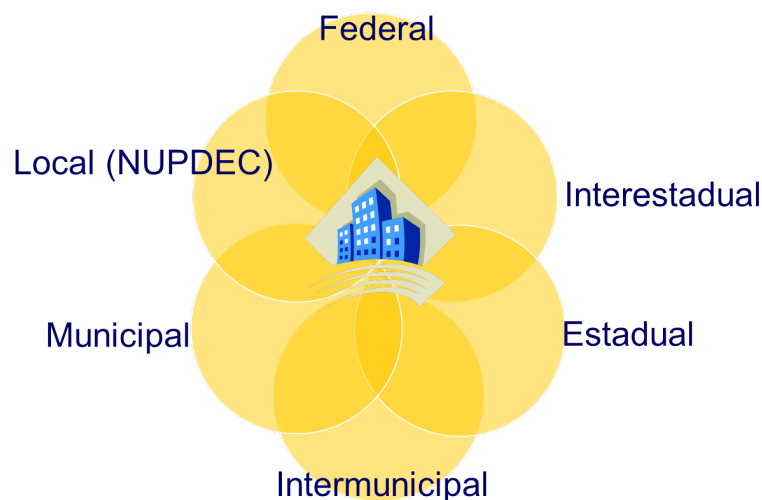


FIGURA 1 –ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
FONTE: APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS DA COMPDEC (CURITIBA, 2015, p.03)

Para Cruz (2009), "a temática da segurança é demasiadamente importante para preocupar e responsabilizar a todos. A segurança será tão efetiva quanto mais participativa for a sua construção".

Segundo Braun (2006), "a Defesa Civil não é um tema recente, nem tão pouco tem suas raízes neste século. Seu princípio remota aos primeiros agrupamentos humanos, que proporcionou a convivência em grupos socialmente organizados, [...]".

No Brasil as Leis de 1824, 1891, 1934, 1937, normalmente elencavam a defesa civil a situações de socorro, de perigos ou de calamidades pública.

A partir de 1943 temos grandes marcos na história legislativa da defesa civil, conforme no mostra o livro de capacitação de defesa civil (UFSC, 2011):

Decreto-Lei nº 5.861, de 30.09.1943: Modifica a denominação de Defesa Passiva Antiaérea, para Serviço de Defesa Civil, sob a supervisão da Diretoria Nacional do Serviço da Defesa Civil, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Lei nº 3.742, de 04.04.1960: reconhece a necessidade de ressarcir prejuízos causados por desastres naturais, dispondo sobre os mecanismos federais para tal.

Decreto 64.568, de 22.05.1969: cria um Grupo de Trabalho para elaborar plano de defesa permanente contra calamidades públicas.

Decreto-Lei nº 83.839, de 13.08.1979: cria a Secretaria Especial de Defesa Civil - SEDEC, vinculada ao Ministério do Interior.

Decreto nº 97.274, de 16.12.1988: institui a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, incluindo, pela primeira vez, ações de prevenção como atribuições de defesa civil.

Lei nº 10.954, de 29.09.2004: institui, no Programa de Resposta aos Desastres, o Auxílio Emergencial Financeiro.

Decreto nº 5.376, de 17.02.2005: atualiza a estrutura, a organização e cria diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC e do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC

Decreto s/nº, de 27.10.2009: convoca a 1º Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária.

Medida Provisória nº 494, de 02.07.2010: dispõe sobre o SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas,

restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas - FUNCAP.

Decreto nº 7.257, de 04.08.2010: regulamenta a MP 494/10 para dispor sobre o SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastres.

Lei nº 12.340, de 01.12.2010: converte em lei a MP 494/10 sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastres e sobre o FUNCAP.

Decreto nº 7.505, de 27.07.11: altera o decreto 7.257/10 que regulamenta a MP 494/10 para dispor sobre o Cartão de Pagamento de Defesa Civil.

Medida Provisória nº 547, de 11.11.2011: institui o cadastro nacional de municípios com áreas propícias à ocorrência de escorregamentos de grande impacto ou processos geológicos correlatos.

Decreto nº 7.505, de 27.07.2011: Institui o Cartão de Pagamento da Defesa Civil, ferramenta lançada em agosto de 2011 para inovar a forma como até então era feito o repasse de recursos emergenciais para Estados e municípios.

Medida Provisória nº 547, de 11.10.2011: Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. Legislação esta que rege sobre a atuação de municípios nas ações de defesa Civil.

Em 1966 o Estado da Guanabara cria a primeira legislação Estadual para ações de resposta a catástrofes.

Com promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), temos a defesa civil com a seguinte aparição;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;
Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Nota-se que a constituição atribui apenas à União e aos Estados as atividades inerentes à defesa civil, não sendo mencionado o Distrito Federal e os Municípios. Verifica-se também não é possível que apenas um órgão estadual, o Corpo de Bombeiros, seja responsável por toda a execução das ações de PDC.

Até então na história das legislações brasileiras a defesa Civil sempre teve um olhar para as ações de respostas a desastres e eventos adversos, até que em 16 de dezembro por meio do Decreto nº 97.274 (BRASIL, 1988) revogado pelo Decreto nº 895 de 16 de agosto (BRASIL, 1993), fica criado o Sistema Nacional de Defesa Civil que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional da Defesa Civil - SINDEC e dá outras providências nos mostra a seguinte redação:

Art. 1º O Sistema Nacional da Defesa Civil - SINDEC, organizado nos termos deste Decreto, tem por objetivo planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas (art. 2, inciso XVIII, da Constituição), integrando a atuação dos órgãos e entidades públicas e privadas que, no território nacional, exercem atividades de planejamento, coordenação e execução das medidas de assistência às populações atingidas por fatores anormais adversos, bem assim de prevenção ou recuperação de danos em situação de emergência ou em estado de calamidade pública.

O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil preconiza para a União, Estados e Municípios o desenvolvimento de ações e políticas públicas que se preocupem com a prevenção, mitigação, resposta e recuperação em episódios de acidentes (FIGURA 2).



FIGURA 2 – SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
 FONTE: APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS DA COMPDEC. (CURITIBA, 2015, p. 06)

Segundo o Decreto nº 7.257, de 4 de agosto, temos o conceito de defesa civil:

“é um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social”. (BRASIL, 2010)

Esse Decreto conceitua Desastres como:

Resultados de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. (BRASIL, 2010)

Nota se que no conceito de defesa civil as primeiras ações a serem desenvolvidas são as preventivas. Dessa forma a ênfase das ações de todo o sistema de PDC devem ter um olhar consciente e permanente.

A conscientização como é definida por Freire (1980, p.29):

[...] tomar posse da realidade [...], é o olhar mais crítico possível da realidade, que a „des-vela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante.

A falta de informação e de orientações acerca da prevenção de acidentes em ambiente escolares é um dos focos desse texto que entende que a promoção da conscientização preventiva por meio de conhecimentos e informações dedicada as pessoas que convivem no mesmo ambiente é imprescindível para possibilitar a atenção e a percepção dos riscos e para a posterior resolução ou minimização de danos.

A atuação da defesa civil ocorre nos seguintes períodos (FIGURA 3):

- a) Normalidade: é o período antes do desastre, no qual devem ser desenvolvidas atividades de prevenção, mitigação e preparação.
- b) Anormalidade: é o período durante ou depois do desastre, quando devem ser realizadas atividades de reposta e recuperação.

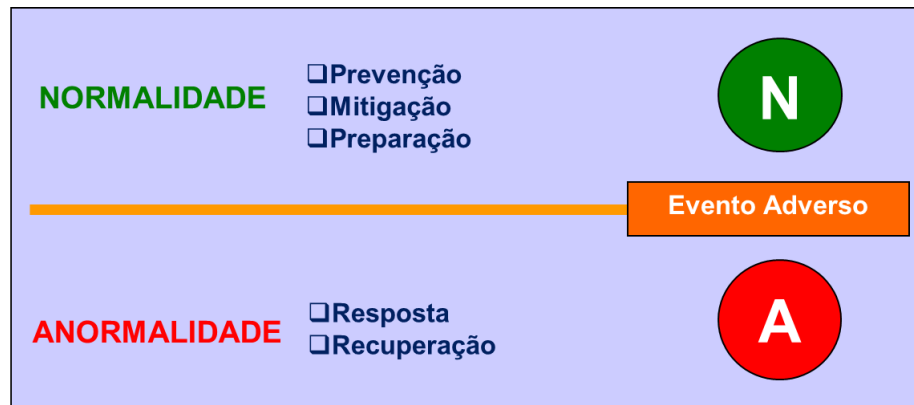


FIGURA 3 – PERÍODOS DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
 FONTE: APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS DA COMPDEC. (CURITIBA, 2015, p. 08)

2.3 DESCRIÇÃO DOS CONCEITOS PARA APLICABILIDADE NO PLANO DIRETOR

A lei 12.608 de 10 de Abril (BRASIL, 2012) dispõe o seguinte:

Art. 2º É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.

Art. 4º São diretrizes da PNPDEC

III - a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;

A legislação amplia o enfoque nas questões preventivas que o país devem adotar aos riscos a desastres. Determina também aos entes federados a promoção de políticas públicas que priorizem as causas dos eventos adversos que acometem em nosso País.

Também no Art. 8º da mesma Lei é feita a referência sobre a competência dos municípios em:

I - executar a PNPDEC em âmbito local;

III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

Temos então neste contexto um direcionamento para a que os municípios contemplem no planejamento municipal políticas públicas para a proteção e defesa civil.

Já em seu Art. 9º temos a seguinte competência para todos os entes federados:

IV - estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;

Neste item, verifica-se que são indispensáveis ações preventivas nas escolas, prioritariamente os equipamentos que se encontram em áreas vulneráveis e suscetíveis aos riscos.

Concluindo já no seu Art. 29 temos:

O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

§ 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios." (NR)

Nota-se que os planos de educação devem contemplar em seu teor medidas que viabilizem nos conteúdos a proteção e defesa civil.

A educação é o caminho mais importante para reduzir a incidência dos acidentes (BLANK, 1998). Neste sentido a propagação do conhecimento sobre temas relativos a proteção escolar contribui para a transformação cultural, assim corroborando para tornar cada vez mais resiliente a população.

Segundo Ferreira *et al.* (2011), "no Brasil, o enfoque de gestão de risco é descentralizado. Os municípios devem coordenar a responsabilidade da redução de risco. As disposições administrativas e a legislação propõem somente um marco legal para a redução dos riscos de desastres".

A Lei Municipal N° 11.645 de 22 de dezembro (CURITIBA, 2005) rege que:

Art. 2º. Compete à COMDEC-CURITIBA:

XII - promover a inclusão dos princípios de defesa civil, nos currículos escolares da Rede Municipal de Ensino, proporcionando todo apoio à comunidade docente no desenvolvimento de material pedagógico-didático para esse fim;

A Lei Municipal N° 14.579 de 22 de dezembro (CURITIBA, 2014) dispõe sobre a implantação e manutenção do Programa Defesa Civil na Educação –

Conhecer, em todas as instituições de ensino de Curitiba. O programa é desenvolvido pela COMPDEC – Curitiba em parceria com a Secretarias Municipais da Defesa Social e da Educação (SMDS), sendo executada por servidores da Carreira da Guarda Municipal e Profissionais da educação.

Esta legislação estabelece diretrizes para a capacitação da comunidade escolar para o enfrentamento de situações de desastres e eventos adversos, objetivando reduzir e minimizar os números de incidentes, vítimas e danos quanto a ocorrência de desastres.

Dentre os objetivos, destaca-se:

Art. 3º. O Programa Defesa Civil na Educação – Conhecer Para Prevenir – CPP tem por objetivos:

III - incentivar que temas afetos a Proteção e Defesa Civil sejam divulgadas desde a Educação infantil até o Ensino Superior, oportunizando a construção desse conhecimento e a consequente mudança cultural focada na prevenção e minimização dos efeitos ocasionados por quaisquer incidentes ou desastres; (CURITIBA, 2014)

Vemos que Curitiba é pioneira no Estado do Paraná em possuir uma legislação específica ao tema proteção e Defesa Civil nas instituições de ensino. Dessa maneira, o planejamento do Município deve manter ações e medidas a curto médio e longo prazo, desta forma também deve estar contemplada PDSDC.

A Lei Federal 10.257 de 10 de julho (BRASIL, 2001) possui um Capítulo específico para o Plano Diretor a ser desenvolvido em todo o território Brasileiro. Dispõe que é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Neste sentido, a importância de ter uma norma jurídica no plano diretor faz com que os políticos vejam a PDC nas instituições de ensino como uma política de Estado, e não uma ação de governo, evitando assim que possa ser suprimida ou esnobada conforme o objetivo política de cada gestão.

Importante ressaltar que nesta Lei o PD é obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, dentre outros requisitos, portanto sendo obrigação do município de Curitiba possuir e revisar a cada dez anos. O PD tende a orientar e garantir as políticas públicas nos municípios, sendo assim imprescindível a inserção da proteção e defesa civil nas instituições de ensino.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por intermédio da Estratégia Internacional para Redução de Desastres, fomentou a campanha em âmbito

internacional com o tema “A Redução de Desastres Começa na Escola”, a fim de incentivar as escolas na promoção do conhecimento para a minimização dos impactos causados pelos desastres.”

Em 2013 Curitiba adere ao programa Cidades Resilientes oriundo da ONU visando o enfrentamento resiliente da cidade as catástrofes. O guia para gestores públicos locais disponibilizado pela ONU elenca as atividades e ações necessárias para que a cidade seja resiliente. Nela cita as cinco prioridades do quadro de ação de Hiogo 2055-2015, conforme segue:

1. Construção da capacidade institucional: Garantir que a redução de riscos de desastres seja uma prioridade nacional e local com forte base institucional para sua implantação.
2. Conhecer os próprios riscos: Identificar, avaliar e monitorar os riscos de desastres e melhorar os alertas e alarmes.
3. Construir conhecimento e sensibilização: Utilizar conhecimento, inovação e educação para construir uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis.
4. Reduzir riscos: Reduzir os fatores subjacentes ao risco por meio do planejamento do uso e ocupação do solo, e de medidas ambientais, sociais, e econômicas.
5. Estar preparado e pronto para agir: Fortalecer a preparação para desastres para uma resposta efetiva em todos os níveis. (ONU, 2012, p. 12).

Nota-se uma ênfase na gestão dos riscos e na construção do conhecimento por meio da educação e assim, imprescindível fomentar nas instituições de ensino a cultura de segurança nos ambientes. Também neste guia nos mostra a roda da resiliência (FIGURA 4) demonstrando que a educação e a comunidade, neste caso a comunidade escolar, estão interligados e conectados para a resiliência da cidade.



FIGURA 4 – RODA DA RESILIÊNCIA

FONTE: GUIA COMO CONSTRUIR CIDADES MAIS RESILIENTES (ONU, 2012, p.18)

Também incluem os dez passos essenciais para construir cidades resilientes. Destacamos os principais itens:

5. Avalie a segurança de todas as escolas e centros de saúde e atualize tais avaliações conforme necessário.
6. Aplique e imponha regulamentos realistas, compatíveis com o risco de construção e princípios de planejamento do uso do solo. Identifique áreas seguras para cidadãos de baixa renda e desenvolva a urbanização dos assentamentos informais, sempre que possível.
7. Certifique-se de que programas de educação e treinamento sobre a redução de riscos de desastres estejam em vigor nas escolas e comunidades.(ONU, 2012, p. 26)

Uma das premissas da ONU para cidades resilientes são treinamentos contra redução de desastres nas escolas com o acompanhamento necessário para a periodicidade do mesmo. Também há um enfoque para aplicação de regulamentos e neste contexto uma das principais normas que norteiam é o PDC e consequentemente o PDSPDC.

3 DESCRIÇÃO E DIAGNÓSTICO DO PLANO SETORIAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE CURITIBA

3.1 DESCRIÇÃO

Verificamos que as medidas que visam a redução de desastres no Brasil produzirão melhores resultados, quando envolver o protagonismo social. Os gestores públicos, entes privados e integrantes das comunidades devem assumir responsabilidade na proteção e defesa civil, abrangendo todas as suas fases, quais sejam, prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação.

Para a promoção dessa mudança cultural e comportamental é necessário promover um maior envolvimento de todos os atores sociais para a redução do risco. As comunidades locais são as que têm maior consciência dos cenários tradicionais de risco. Elas devem participar das decisões sobre as medidas de proteção e defesa civil, antes, durante e depois dos possíveis eventos adversos, isto é, tanto na normalidade quanto na anormalidade.

Com objetivo de consolidar a resiliência da cidade de Curitiba é necessário fortalecer as atividades de proteção e defesa civil, a partir da articulação, planejamento e sistematização de ações, de maneira a despertar a corresponsabilidade interinstitucional e social.

Este estudo técnico científico será efetuado na Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal da Defesa Social – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – Coordenadoria Técnica da Defesa Civil.

A motivação para a realização deste trabalho decorre das experiências vividas no planejamento das ações de proteção e defesa civil de Curitiba, que envolve o programa CPP implantado na RME.

O Programa CPP prevê etapas para a implantação do programa na rede municipal de ensino, conforme projeto do programa:

- I. Reunião com Direção da Unidade;
- II. Reunião com Equipe Pedagógica e Funcionários;

- III. Reunião com Pais, Responsáveis e Comunidade Escolar;
- IV. Pesquisa de Escala de Importância;
- V. Sensibilização e Esclarecimento aos Alunos;
- VI. Elaboração e Entrega de Documentação (PPEL);
- VII. Capacitação das Equipes Locais;
- VIII. Adaptações Físicas e Sinalização Geral;
- IX. Agenda e Cronograma de Treinamentos e Simulado de Emergência;
- X. Disponibilização de Conteúdo Pedagógico. (CURITIBA, 2005, p.21)

De acordo com Cruz (2009), nos dias atuais, há uma crescente preocupação com a segurança nas escolas, sendo atribuição dos órgãos de gestão, a responsabilidade pela elaboração e a implementação do plano de emergência na escola. Tal processo deve ser iniciado pela identificação dos perigos e avaliação dos riscos presentes, orientando as soluções pertinentes aos problemas de segurança, passando pela formação dos professores e funcionários, mas sem esquecer os alunos que são, dada a sua faixa etária, muito vulneráveis.

Assim dentre as etapas do programa CPP temos a elaboração Plano de preparação para emergências Locais (PPEL), conforme nos mostra o projeto as etapas que são efetuadas na unidades:

1. Identificação dos participantes da resposta emergencial, estabelecimento de seus papéis, verificação de recursos, e interesses.
2. Avaliação de riscos e danos que podem resultar das situações de emergência na comunidade.
3. Revisão de planos individuais de resposta em prol do estabelecimento de um plano único de resposta coordenada em emergências.
4. Identificação das tarefas requeridas não contempladas nos planos de resposta existentes.
5. Realizações de um acordo de como essas tarefas serão executadas pelos recursos dos participantes identificados.
6. Estabelecimento de mudanças necessárias para melhorar o planejamento existente, integrando-o a um plano geral, com apoio e participação da comunidade.
7. Elaboração, em documento escrito, do planejamento integrado com a comunidade e submissão à aprovação dos governos locais.
8. Orientação dos grupos participantes sobre o conteúdo do plano geral, assegurando que todas as equipes operacionais de resposta à emergência estejam treinadas.
9. Estabelecimento de procedimentos para testar, revisar e atualizar periodicamente o plano geral.
10. Orientar a comunidade sobre o plano geral. (CURITIBA, 2005, p.25)

Comparando o PPEL com a menção de Cruz verificamos que o programa atinge os objetivos atingindo inclusive a gestão do risco.

Todas estas ações mencionadas são coordenadas, gerenciadas, articuladas e executadas conforme o Decreto Municipal nº 944 de 29 de junho, pelas seguintes funções:

Art. 4.º A coordenação e execução do Programa Defesa Civil na Educação - Conhecer Para Prevenir - CPP, será realizada por representantes das Secretarias responsáveis por sua criação, através do Grupo Gestor, assim composto:

I- da Secretaria Municipal da Educação:

- a) do Diretor do Departamento de Ensino Fundamental;
- b) do Diretor do Departamento de Educação Infantil;
- c) do Diretor do Departamento de Logística;
- d) de 1 Engenheiro da Coordenadoria de Obras.

II- da Secretaria Municipal da Defesa Social:

- a) do Coordenador Técnico da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Curitiba;
- b) do Diretor do Departamento da Guarda Municipal de Curitiba;
- c) do Diretor do Departamento de Planejamento e Defesa Comunitária;
- d) de 1 Supervisor da Coordenadoria Técnica de Defesa Civil de Curitiba

Art. 7.º A Equipe Gestora Regional terá a seguinte composição:

I- Chefe de Núcleo Regional da Defesa Social;

II- Chefe de Núcleo Regional da Educação;

III- Coordenador Regional do Programa - Educação (servidor do Núcleo Regional da Educação);

IV - Coordenador Regional do Programa - Defesa Social (servidor do Núcleo Regional da Defesa Social).(CURITIBA, 2012)

O Programa CPP visa os seguintes objetivos, segundo seu projeto:

OBJETIVOS GERAIS

- Promover a mudança cultural através da educação, esclarecimento e orientação dos cidadãos a respeito da conceituação e importância das atividades de defesa civil, especialmente do papel da população na realização destas.
- Oferecer subsídios didático-pedagógicos para divulgar os fundamentos de Defesa Civil com vistas, sobretudo, à prevenção de acidentes e emergências nas unidades escolares da RME e comunidade.
- Preparar a comunidade escolar para enfrentar situações de emergências causadas por acidentes nas unidades a fim de evitar danos maiores.
- Motivar a comunidade a se envolver em todas as fases da defesa civil (prevenção, preparação, resposta e recuperação). (CURITIBA, 2005, p.10)

Comparando os objetivos gerais do programa CPP com as legislações acima já elencadas e com os objetivos elencado pela ONU, nota se que o programa vem

ao encontro das expectativas mencionadas, e ainda uma política pública que já vem sendo ministrada desde 2005 em Curitiba.

Pelo fato de trabalhar diretamente na coordenação, articulação e gerenciamento deste programa no município, observo as dificuldades na implantação e manutenção deste programa nas instituições de ensino em âmbito municipal, estadual, federal e também nas escolas particulares, e assim, nota-se que ainda muitas pessoas não têm acesso a este conhecimento para salvaguardar suas próprias vidas.

Como um dos atores em um processo futuro no qual haverá o chamamento pela administração pública municipal de Curitiba a proposição de câmaras temáticas com diversos setores transversais as políticas públicas voltadas ao tema para a discussão, análise e inserção das diretrizes e princípios que nortearão o plano diretor setorial de Curitiba em Proteção e Defesa Civil, neste contexto, será proposto o objetivo deste trabalho científico aos participantes, e assim, com uma base sólida de conhecimentos e conteúdos explanados nesta pesquisa, justificara e sensibilizara os demais participantes para o alcance do objetivo proposto.

Existem vários conceitos para a definição de planos diretores. Segundo Vilhaça (1999) plano diretor é “diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da Cidade”. Assim segundo o autor os planos diretores devem ser um instrumento técnico e científico condizente com a realidade local. Porém nota-se que não é uma realidade no país visualizada nos diversos municípios brasileiros.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu Artigo 182 §1º rege que plano diretor “é o instrumento básico de desenvolvimento da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. A Constituição nos mostra que os planos diretores estão diretamente relacionados ao contexto do direcionamento das políticas públicas em consonância com o aumento do espaço urbano.

Vemos também a importância do PD como uma norma central pois, “Quanto ao Plano Diretor, o Estatuto da Cidade reforça-o como a figura central e decisiva da política urbana” (MARICATO, 2002, p.111)

O estudo também é justificado dada a facilidade e disponibilização dos dados. Esta proposta também poderá proporcionar um aprofundamento teórico e

aprimoramento de ações e atividade desenvolvidas futuramente pela proteção e defesa civil, corroborando para a excelência na prestação de serviço à população.

Visando atingir os objetivos propostos, a pesquisa bibliográfica foi a metodologia utilizada com o objetivo de explanar os conteúdos, e elucidação de conceitos e investigação do público alvo por meio da modalidade de análise de textos.

3.2 DIAGNÓSTICO

Numa época em que os desastres e catástrofes são cada vez mais divulgados e sofridos pela população, a discussão deste tema torna-se questão de cultura e conhecimento, portando questão de ensino nas escolas (MARTINS, LOURENÇO, 2009).

Com a inserção da temática de Defesa Civil na Escola, desenvolvem-se princípios que proporcionam uma nova construção de valores e capacidades fundamentais para a reflexão e transformação gradual da realidade das comunidades locais (LIMA, 2006).

Conforme retrata o projeto do Programa Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir da Prefeitura Municipal de Curitiba:

A falta de ação preventiva e preparação para os desastres é um problema citado por todos os operadores da defesa civil mundialmente. As pessoas no mundo inteiro se acostumaram a viver sem se preocupar com os bons hábitos de autoproteção e segurança coletiva. (CURITIBA, 2005, p.5).

O ambiente escolar também sofre com isso, pois, tanto professores, funcionários e os próprios estudantes, não possuem uma cultura de prevenção e nem tampouco, percebem o risco do ambiente em que se encontram. Diante disso, se faz necessário que, a partir do ambiente escolar, haja a propagação desse conhecimento em PDC, percepção dos riscos e cuidados com o ambiente em que estudam, trabalham e vivem, proporcionando maiores e melhores chances para a

preservação da vida e minimização dos danos e prejuízos que possam vir a ocorrer, diante de possíveis Incidentes ou Desastres.

Segundo Lima (2006), inserir o tema “Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos” aos jovens transcende a preocupação com a autoproteção, levando-os a pensar na coletividade e estimulando o exercício da cidadania plena.

Os desastres naturais são inevitáveis, mas é possível adotar medidas que minimizem ou limitem o impacto destes desastres. Muitos desastres podem também ser evitados ou minimizados quando há uma cultura de prevenção e uma conduta adequada.

No cenário atual, a sociedade apenas busca hábitos preventivos quando são acometidos por uma situação de crise ou quando não uma legislação que condicionam a sociedade civil. A sociedade civil ao longo dos últimos anos não foi capacitada e orientada pelo setor público e pelas diversas políticas sociais existentes, segundo Almeida e Pacoalini (2009), “nota-se, por um conjunto de fatores, que o Brasil não possui cultura de risco e não desenvolve gestão do risco, mas gestão de crise”.

Diante disso, vivenciamos políticas públicas voltadas para o gerenciamento de crises, mas não vemos políticas públicas voltadas para o enfretamento, minimização e mitigação de situações de desastres e acidentes nas instituições de ensino.

Conforme retrata o projeto do Programa Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir da Prefeitura Municipal de Curitiba e com base em minha experiência como ator do processo nota-se a ocorrência de acidentes e desastres nas instituições de ensino da população brasileira devido ao baixo grau de conhecimento e informação sobre temas relativos à proteção e defesa civil. Por muitos anos a ausência e deficiência de políticas públicas voltadas para a disseminação de conteúdos relacionados ao enfretamento de acidentes e desastre a população brasileira, acarretou em um cenário de maus hábitos de autoproteção e falta da percepção dos riscos pela população.

Com a Lei nº 1.741 de 31 de março (CURITIBA, 1959) que dispõe sobre a nova composição estrutural dos órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba, verificamos a seguinte composição:

Art. 2º - Os Serviços administrativos da Prefeitura passam a constituir-se dos seguintes órgãos e respectivas subdivisões:
 E) DEPARTAMENTO DE URBANISMO, compreendendo:
 4 - Divisão do Plano Diretor, com:
 a) Serviço de Desapropriações
 b) Serviço de Arquivo de Projetos.

Em época, o PD tinha um dirige olhar para serviços do planejamento urbanístico da cidade, não estando a estrutura organizacional do plano diretor em um órgão central com abrangência a todas as políticas públicas.

Na Lei Municipal nº 2828 de 31 de julho (CURITIBA, 1966) que institui o PD de Curitiba temos a seguinte deliberação das unidades escolares:

Art. 61 - Fica o Município de Curitiba, dividido em Setores Educacionais, a serem delimitados pelo IPPUC, correspondendo cada um destes setores a área atendida pelo seu conjunto de unidades escolares.
 § 1º - No centro geográfico de cada Setor Educacional serão previstos Centros de Educação, que servirão de sede ao respectivo Setor Educacional.
 § 2º - As Unidades Escolares, devem servir núcleos populacionais de 2.500 a 5.000 habitantes ou situar-se de modo a ter um raio de ação aproximado de um quilômetro e sempre que possível, instaladas juntos a unidades sanitárias, objetivando a criação de centros comunitários.

Verificamos neste contexto que o primeiro PD de Curitiba, em 1966, prioriza apenas a delimitação territorial e zoneamento do município, não contemplando nenhuma medida preventiva aos equipamentos escolares.

Em 18 de setembro a Lei nº 6725 (CURITIBA, 1985) que cria a Comissão Municipal de Defesa Civil em Curitiba, define a estrutura organizacional da defesa civil, rege sobre a estrutura organizacional do sistema de defesa civil. Mas novamente não fala sobre ações a serem desenvolvidas no ambiente escolar.

Da mesma maneira a Lei nº 11.266 de 16 de dezembro (CURITIBA, 2004) que dispõe sobre a adequação do plano diretor de Curitiba no contexto dos objetivos e diretrizes em seu artigo 36, preconizou os níveis de escolaridade, o atendimento á demanda, entre outros, não inserindo a prevenção de defesa civil nas escolas.

Temos também uma única aparição da defesa civil, em seu artigo 34, inserida dentro da segurança pública e defesa social, com os objetivos de coordenação das ações de defesa civil no município e diretrizes de colaborar com os programas emergenciais de defesa civil.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA O PLANO SETORIAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE CURITIBA

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

A Lei nº 14.771 aprovada em 17 de dezembro (CURITIBA, 2015), dispõe sobre a revisão do PD de Curitiba, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município. Verifica-se que houve uma tendência nesta legislação a consolidação da integração de políticas transversais ao tema defesa civil.

Inovou ao prever a criação de um Título específico para as ações de segurança em âmbito municipal (TÍTULO V, DA DEFESA SOCIAL), subdividindo-o em dois capítulos (CAPÍTULO I, DA SEGURANÇA CIDADÃ; e, CAPÍTULO II, DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL), dispostos entre os seus artigos 125 e 130.

No capítulo da PDC visa aumentar a resiliência da cidade nas ocorrências de calamidades propondo diretrizes e prevendo o desenvolvimento e implantação da política municipal em consonância com a política nacional.

Destaca-se em seu artigo 129 inciso terceiro “sensibilizar a população para práticas e atitudes prelecionais, como princípio à sua proteção e defesa, com parcerias de organizações civis de voluntários”, porém não há nenhum enfoque nas instituições de ensino nem tanto quanto na comunidade escolar especificamente, não garantindo assim norma legislativa específica ao tema.

Na perspectiva de Lima (2006), “com a inserção da temática de Defesa Civil na Escola, desenvolvem-se princípios que proporcionam uma nova construção de valores e capacidades fundamentais para a reflexão e transformação gradual da realidade das comunidades locais”.

O programa CPP completa neste ano de 2016 onze anos de sua existência, mas até o momento não atingiu todas as instituições de ensino em Curitiba, conforme rege a Lei Municipal 14.579 de 22 de dezembro (CURITIBA, 2014). Como o PD propõe o caminho a ser seguido pelo município pelos próximos trinta anos, é imprescindível a inserção de uma norma legislativa no plano setorial para consolidar a efetivação das políticas públicas ligada ao tema.

No quadro demonstrativo (TABELA 1) da evolução da unidade participantes do programa CPP, ressaltando que nos anos de 2005 e 2006 se iniciou o projeto piloto na escola municipal Miriazinha Braga na Regional Matriz, visualizamos a implantação e manutenção do programa em Curitiba.

TABELA 1 – QUADRO DEMOSTRATIVO DAS UNIDADES ESCOLARES IMPLANTADAS

	Unidades atendidas	Crianças orientadas	Servidores orientados	Servidores Capacitados	Familiares envolvidos	Total de envolvidos
2007	22	8.292	407	125	24.876	33.575
2008	31	4.128	465	120	11.083	15.676
2009	29	11.517	445	350	28.453	40.415
2010	29	4.543	445	245	36.475	41.463
2011	40	6.641	650	340	7.880	15.171
2012	60	6.231	950	315	67.517	74.698
2013	66	42.996	11.488	320	121.086	175.570
2014	82	35.555	2.590	715	182.242	220.387
2015	78	20.756	2.133	702	105.321	128.210
Total	437	140.659	19.573	3.232	584.933	745.165

FONTE: ARQUIVO DA COMPDEC: RELATÓRIO E PERFIL DE 2007 À 2015 (CURITIBA, 2015)

Segundo informações do Site da PMC temos os seguintes equipamentos:

TABELA 2 – NUMERO DE EQUIPAMENTOS DA RME

Tipo de equipamento	Numero de Equipamentos
Escola Municipal	145
Escola Municipal de Tempo Integral	36
Escola Municipal de Educação Especial	3
Centro Municipal de Educação Infantil	199
Centro Municipal de Atendimento Especializado	8
Unidade de Educação Integral	46
Total	437

FONTE: SITE DA PMC (CURITIBA, 2016)

Comparando as tabelas 1 e 2 comprovamos que Curitiba atingiu 100% das unidades escolares. Destacamos também que segundo dados do IBGE a População estimada em 2015 é de 1.879.355 e comparando com o total de público envolvido no programa de 745.165 temos o alcance deste programa a 39,65% da população.

Temos então de comparar estes dados da RME com as informações do IBGE referente a todas as instituições de ensino em Curitiba. Desta forma temos a seguinte situação:

TABELA 3 – NUMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM CURITIBA

Ensino	Numero de escolas
Total	1309
Ensino Fundamental	
Escola pública Estadual - 2012	151
Escola pública Federal - 2012	1
Escola pública Municipal - 2012	178
Escola privada - 2012	147
Ensino Médio	
Escola pública Estadual - 2012	125
Escola pública Federal - 2012	4
Escola pública Municipal - 2012	0
Escola privada - 2012	79
Pré-escola	
Escola pública Estadual - 2012	1
Escola pública Federal - 2012	1
Escola pública Municipal - 2012	270
Escola privada - 2012	352

FONTE: IBGE (2012)

Comparando os dados das tabelas 2 e 3 restam 872 instituições de ensino ainda para serem implantadas em Curitiba totalizando 66,62% ainda.

4.1.1 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Para contribuir com subsídios à construção do plano setorial de defesa social, a Prefeitura de Curitiba convida os servidores do Município e gestores públicos para o seminário “Diálogos sobre Segurança Cidadã & Proteção e Defesa Civil”, que aconteceu no dia 12 de novembro de 2015 no Parque Barigui (CURITIBA, 2015).

Com o intuito de Fomentar diálogos junto ao público interno da PMC a fim de levantar impressões e contribuições frente os desafios presentes no processo de elaboração do plano setorial de defesa social, no âmbito do Plano Diretor de Curitiba.

Esta iniciativa foi tomada para obter resultados positivos na elaboração do Plano Setorial de Proteção e Defesa Civil com contribuições multissetoriais, pois o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Curitiba é constituído através das ações dos órgãos da administração direta e indireta.

Também mostra o interesse do município em ouvir os servidores municipais que estão diretamente integrados na prestação de serviços e desenvolvimento de ações referentes ao tema, e assim demonstrando um processo de participação democrática na confecção do plano setorial de defesa civil.

Foram disponibilizados várias câmaras temáticas divididas em eixos, dos quais um destes era a proteção e defesa civil - medidas de prevenção.

Um dos produtos deste trabalho objetiva homologar as sugestões de ações preventivas à violência, integradas de enfrentamento à criminalidade, bem como, de PDC, desenvolvidas pelo Município previstas no escopo do Plano Setorial Diretor da Cidade, e que, por consequência, deverão estar contempladas no Plano Setorial de Defesa Social.

Como um dos atores nesta fase de proposição, captação e compilação destes indicadores para a concepção e realização do plano setorial da defesa social, e consequentemente do plano setorial da proteção e defesa civil, neste contexto propus a inserção no plano diretor setorial de proteção e defesa civil um inciso que dispõe sobre a inclusão nos currículos das instituições de ensino os princípios da proteção e defesa civil como conteúdo obrigatório.

A reportagem também elenca a seguinte situação:

Das contribuições ao Plano Setorial de Defesa Social, dentro do Plano Diretor da cidade, a Prefeitura de Curitiba quer colher indicadores e elementos para a formulação de uma proposta de prevenção da violência social e situacional e de enfrentamento integrado da criminalidade, com foco na participação, no controle social das políticas públicas e na segurança cidadã.

Também vai tratar do eixo da proteção e defesa civil, com abordagens sobre as ações em normalidade, de prevenção, de preparação e mitigação, bem como as respostas e recuperação diante das anormalidades. (CURITIBA, 2015)

Dessa maneira, com o processo de confecção deste trabalho científico oportunamente com o início do processo de confecção do plano setorial de Curitiba, e sendo um dos atores deste tramite tive a consagração de propor esta medida a qual foi muito bem aceita pela mesa, tanto quanto anteriormente ao Coordenador técnico de defesa civil em mesma época.

Assim com aprovação desta medida, mesmo que não seja aprovada, alternativa seria a proposição junto a Câmara Municipal de Curitiba, que também zela pela participação democrática nos processos.

Creio que esta alternativa de apresentação da proposta na câmara temática e também ao Coordenador Técnico de defesa civil são as possibilidades viáveis e legais dentro da administração pública municipal, demonstrando o caráter democrático e responsável perante a população desta medida, com o amplo acesso de publicidade ao fato em questão, sendo impessoal e moral neste processo.

Não interessa um plano normativo apenas, que se esgota na aprovação de uma lei, mas sim que ele seja comprometido com um processo, uma esfera de gestão democrática para corrigir seus rumos, uma esfera operativa, com investimentos definidos e com fiscalização (MARICATO, 2002).

Para monitorar a homologação desta medida, são necessários o acompanhamento periódico dos meios de comunicação oficial da PMC, dentre eles o Diário Oficial do Município bem como as reportagens afetas ao tema. Também a verificação constante dos indicadores de desempenho do Plano setorial da defesa social.

Também esta proposta será encaminhada ao Coordenador Técnico de Defesa Civil de Curitiba para a sua análise e possível inserção do tema junto ao plano diretor setorial de Defesa Civil de Curitiba.

Também são necessários um planejamento das atividades e ações para o plano de ação que deverá ser confeccionado. As etapas necessárias para o plano de ação estão elencadas no quadro abaixo como sugestão para a Administração Pública Municipal.

MODELO DE PLANO DE AÇÃO DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEL
Apresentação do programa "Defesa Civil na Educação - Conhecer para Prevenir"	Diretores das instituições de ensino	Grupo Gestor do Programa
Sensibilização	Comunidade Curitibana	Comunicação Social da PMC
Lançamento da Proposta	Comunidade Curitibana	Comunicação Social da PMC
Capacitações Regionais	Agentes multiplicadores do programa	Grupo Gestor do Programa e Coordenadores regionais
Atividades letivas com cartilha Conhecer para Prevenir	Instituições de ensino	Agentes multiplicadores das Instituições de ensino

Plano de Preparação para Emergências Locais -PPEL.	Comunidade Escolar	Equipes Agentes multiplicadores das Instituições de ensino
Agente Mirim de Defesa Civil	Estudantes das quartas e Oitava séries das Unidades participantes	Instituições de ensino
Defesa Civil no Lar	Comunidade Escolar	Equipes Agentes multiplicadores das Instituições de ensino
Semana Municipal de Redução de Desastres: - Melhores Práticas de Prevenção - Simulados	Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Curitiba	COMPDEC-Curitiba

QUADRO 1 – MODELO DE PLANO DE AÇÃO
FONTE: O AUTOR (2016)

4.1.2 RECURSOS

Para a implantação e manutenção do programa na RME o município prove de toda a infraestrutura necessária e servidores conforme Decreto Municipal nº944 de 29 de junho (CURITIBA, 2012), no qual os servidores efetuam os 10 passos para a implantação do programa dando todo o suporte necessário.

Porem para a implantação e manutenção do programa as instituições externas seria necessário formar um responsável por cada instituição pra que este funcionário seja responsável por todo o planejamento e execução do programa dentro da sua instituição, assim, o município passa a ter um papel de assessoramento e de monitoração do programa sem precisar onerar a administração pública, zelando pelo princípio da eficiência e desta forma o atingindo o objetivo.

Seria importante no plano de ação uma atualização do Decreto e imprescindível com a inserção da seguinte proposta:

a) Será ofertado para as demais instituições de ensino de Curitiba, capacitação de Agentes multiplicadores do programa, realizadas anualmente, para a devida implantação nestes estabelecimentos por estes agentes multiplicadores.

b) Elaborar materiais que subsidiem o desenvolvimento do Programa CPP, de acordo com as faixas etárias abrangidas, (Exemplo: cartilhas de defesa civil)

4.1.3 RESULTADOS ESPERADOS

Com a implantação do programa nas Instituições de ensino serão muitos os beneficiados. Dentre estes destacamos:

I – Diretamente

- a) Crianças, adolescentes, jovens pais e responsáveis que participam do Programa CPP;
- b) Dirigentes dos poderes públicos nos municípios;
- c) Dirigentes dos poderes públicos estaduais, federais e instituições privadas.
- d) Representantes das instituições do sistema de Proteção e Defesa Civil, Educação e Segurança Pública.
- e) População curitibana;
- f) Servidores públicos municipais, funcionários terceirizados, funcionários das escolas privadas;
- g) Agentes de Proteção e Defesa Civil, voluntários, políticos, entre outros atores envolvidos com o tema.

II – Indiretamente

- a) Sistema de Saúde Pública Municipal que será beneficiada com a redução dos acidentes e incidentes que vitima a população relacionados aos desastres (menor custo com internamentos e tratamentos);
- b) Política Municipal de Trânsito que se beneficiará com a redução dos problemas relacionados ao comportamento no trânsito (acidentes e traumas);
- c) Política Municipal para as Mulheres que se beneficiará com a redução dos problemas relacionados incidentes domésticos;
- d) Política Municipal para a Infância e Juventude que se beneficiará com a redução dos problemas relacionados ao comportamento das crianças (indisciplina);
- e) Política Municipal de Segurança Pública que se beneficiará com a redução dos problemas relacionados a atendimentos de vítimas, atendimentos das ocorrências (redução dos índices de vítimas e de ocorrências);
- f) Política Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência (redução de acidentes com sequelas permanentes).

- g) Política Municipal de Educação que se beneficiará com a redução dos problemas relacionados às unidades escolares (redução de sinistros nas unidades escolares).

III – Atendidos

- a) População do Município de Curitiba;
- b) População da Região Metropolitana;
- c) Visitantes e turistas na cidade de Curitiba;
- d) População do Paraná;
- e) Comunidade Escolar;

4.1.3.1 MENSURAÇÃO DE IMPACTOS

Para medição, avaliação e monitoramento das medidas propostas, foram elencadas algumas sugestões para a comunidade escolar com mecanismos de controle para o desenvolvimento de ações preventivas, conforme segue:

- a) Ampliar a aceitabilidade na implementação de políticas públicas sobre defesa civil.

- b) Diminuição do índice de ocorrências e dos problemas relacionados aos desastres.

- c) Implantar ações de capacitação e treinamentos relacionados ao tema.

Para a avaliação dos índices sugere-se os seguintes itens:

- a) Estabelecimento de % gradativa e proporcional conforme disposição das unidades escolares

- b) Elevação dos indicadores relacionados ao conhecimento dos servidores sobre ações de defesa civil.

- c) Elevação dos indicadores relacionados ao conhecimento da população sobre os riscos aos quais as famílias e comunidades estão sujeitas.

- d) Incentivo as crianças e adolescentes a iniciar as ações de defesa civil em seu lar.

- e) Elevação dos indicadores relacionados ao conhecimento dos servidores e população sobre as ações de defesa civil.

- f) Elevação dos indicadores relacionados ao conhecimento dos servidores e população sobre as ações de defesa civil.
- g) Estabelecimento gradativo e proporcional conforme solicitação e disposição das instituições de ensino de Curitiba.

Como sempre há mudanças de gestão política, servidores e funcionários nas instituições sejam públicas ou particulares sempre há riscos atuais e possíveis na compreensão e administração da política de PDC. Destacamos as principais:

- a) O programa ser entendido como “ação de governo” e não “programa de Estado”.
- b) Enfraquecimento da mobilização inter setorial municipal.
- c) Ausência ou deficiência de infraestrutura nos órgão e instituições envolvidos no projeto.
- d) Descontinuidade e não cumprimento de obrigações assumidas entre as partes.

5 CONCLUSÃO

Refletimos ao longo desse trabalho sobre aspectos da falta de uma cultura preocupada com a prevenção de acidentes e com o acesso ao conhecimento e por consequência o despreparo da população, no enfrentamento de situações de emergências e desastres nas escolas.

A doutrina da proteção e defesa civil no Brasil busca estimular comportamento de prevenção, promoção do conhecimento e o desenvolvimento da cultura nacional capazes de evitar ou minimizar desastres com a participação comunitária. Uma ação educativa colabora para a modificação deste cenário e promove uma transformação cultural na sociedade.

A PDC possui grande influência na sociedade e deve corroborar na promoção deste conhecimento a população utilizando as oportunidades promovidas pelas capacitação sobre aspectos relativos a defesa civil na educação, possibilitando assim a redução dos índices e preservando a vida.

Diante do exposto destaca-se a importância do envolvimento das mais diversas instituições na ação de disseminação de conhecimentos preventivos, dessa forma é possível em uma ação conjunta realizar a implantação de uma cultura de prevenção em detrimento da cultura de atendimento pós-evento. A presente pesquisa abre espaço para a análise de outros contextos de implantação da proposta aqui realizada.

A percepção do risco varia segundo a sensibilidade de cada pessoa, comunidade ou governo. Ter conhecimento das ameaças e da vulnerabilidade, assim como dispor de informação precisa e oportuna a esse respeito pode influir na redução de danos numa hipótese de desastre na comunidade escolar.

No Brasil, temos grande parte de nossa população vulnerável, pois, não tem consciência das ameaças que põem em perigo sua vida e seus bens. Em geral, as instituições de ensino não prestam atenção às ameaças com que se confrontam, subestimando aquelas que reconhecem e superestimando sua capacidade de fazer frente a um evento adverso. Além disso, dependem muito da ajuda de equipes de atendimento emergencial quando o desastre ocorre.

A promoção e o envolvimento entre os entes públicos, o empresariado e a comunidade no planejamento conjunto e na execução coordenada de medidas locais de prevenção, preparação, resposta e recuperação frente às diferentes hipóteses de ocorrência de incidentes e desastres, com vistas à preservação de vidas, do meio ambiente e do patrimônio em geral.

Para construir uma nova realidade de ações de proteção e defesa civil nas instituições de ensino de Curitiba, com foco na resiliência da cidade, dependemos muito do compromisso consciente das instituições e das comunidades. Elas devem compreender e contribuir para essa importante mudança cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de, PASCOALINO, Aline. **Gestão de risco, Desenvolvimento e (meio) Ambiente no Brasil** - um estudo de caso sobre os desastres naturais de Santa Catarina. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 13.2009, Viçosa. Anais eletrônicos. Viçosa: UFV, 2009. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/07/gestao_de_risco_desenvolvimento_e_meio_ambiente_no_brasil.pdf>. Acesso em: 08 dez 2015.

BLANK, D. **Controle de acidentes e injúrias físicas na infância e na adolescência**. In: COSTA, M. C. O.; SOUZA, R. P. de (org.). Avaliação e cuidados primários da criança e do adolescente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 235-242.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado Federal. 1988

BRASIL, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **Decreto nº 895 de 16 de agosto de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0895.htm>. Acesso em 02 jan 2016.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **Decreto nº 7.257 de 04 de agosto de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm>. Acesso em 02 jan 2016.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **Decreto nº 97.274 de 16 de dezembro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D97274.htm>. Acesso em 02 jan 2016.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em 10 jan 2016.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm Acesso em 02 jan 2016.

BRAUN, Armin Augusto. **A Análise do trabalho voluntariado no Sistema Nacional de Defesa Civil**. 2006, Monografia (Curso de Especialização em Planejamento e Gestão em Defesa Civil) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca/trabalhos-academicos>> Acesso em: 17 jan 2016.

CRUZ, Rui M. M. P. **Protocolos de Atuação em Caso de Emergência num Estabelecimento de Ensino do 1.º Ciclo**. 2009. 144f. Dissertação (Mestrado na Especialidade de Engenharia de Segurança e Higiene Ocupacionais - Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, 2009. Disponível em: <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/59200/1/000134999.pdf>>. Acessado em: 06 jan 2016.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, Segurança, **Seminário Discute segurança cidadã e defesa civil**. 2015. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/seminario-discute-seguranca-cidada-e-defesa-civil/38179>. Acesso em: 06 fev 2016

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. Coordenadoria Municipal da Defesa Civil, Coordenadoria Técnica de Proteção e Defesa Civil, **Arquivos de Dados do Programa Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir**, 2015.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. Coordenadoria Municipal da Defesa Civil, Coordenadoria Técnica de Proteção e Defesa Civil, **Palestra do Programa Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir**, 2015.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. Coordenadoria Municipal da Defesa Civil, Coordenadoria Técnica de Proteção e Defesa Civil, **Projeto do Programa Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir**, 2005.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Decreto Municipal nº 944 de 29 de junho de 2012**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/85482375/dom-ctba-normal-03-07-2012-pg-13> Acesso em: 06 fev 2016

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Lei Municipal de Curitiba 1.741 de 31 de Março de 1959**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1959/174/1741/lei-ordinaria-n-1741-1959-da-nova-composicao-estrutural-aos-orgaos-da-prefeitura-e-revoga-as-leis-n-1127-55-e-1435-57> Acesso em: 17 jan 2016.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Lei Municipal de Curitiba 2.828 de 31 de Julho de 1966**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-curitiba-pr> Acesso em: 17 jan 2016.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Lei Municipal de Curitiba 6.725 de 18 de setembro de 1985**. Disponível em: <http://cm-curitiba.jusbrasil.com.br/legislacao/735363/lei-6725-85> Acesso em: 17 jan 2016.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Lei Municipal de Curitiba 11.266 de 16 de dezembro de 2004**. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/pd_plano_diretor.php Acesso em: 17 jan 2016.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Lei Municipal de Curitiba 11.645 de 22 de Dezembro de 2005** disponível em: <http://www.defesacivil.curitiba.pr.gov.br/Multimidia/Documento/Lei%2011645,%20de%2022Dez05%20-%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20COMDEC%20-%20assinada.pdf> Acesso em: 17 jan 2016.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Lei Municipal de Curitiba 14.579 de 22 de Dezembro de 2015**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2014/1458/14579/lei-ordinaria-n-14579-2014-dispoe-sobre-a-implantacao-e-manutencao-do-programa-defesa-civil-na-educacao-conhecer-para-prevenir-cpp-em-todas-as-instituicoes-de-ensino-em-curitiba?q=14579> Acesso em: 05 jan 2016

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Lei Municipal de Curitiba 14.771 de 17 de Dezembro de 2015**. Disponível em: <http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2015/00175701.pdf>. Acesso em: 17 jan 2016.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. Portal da Prefeitura de Curitiba, Secretaria Municipal da Educação, **Equipamentos**. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/secretarias/equipamentos/educacao/17/16>. Acesso em: 06 fev 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cidades, Paraná, Curitiba, **ensino – matrículas, docentes e rede escolar – 2012**, Disponível em:
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=410690&idtema=117&search=parana|curitiba|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012> Acesso em 02 fev 2016.

FERREIRA, D., *et al.*, **Participação popular na prevenção e enfrentamento de desastres ambientais: resultado de um estudo piloto em Santa Catarina**.
 Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica. II Semestre 2011. pp. 1-17. Disponível em:
www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/downloads/2530/2419
 Acesso em: 05. jan. 2016.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

LAVELL, A.2003. **La gestión local del riesgo: nociones y precisiones em torno al concepto u la práctica**. Guatemala: CEPREDENAC/PNUD,2003.101 p.

LIMA, João Nilo de Abreu, **Defesa civil na escola**. / Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2006. 233 p.: il.; 23 cm Monografia Centro Universitário de Estudos e Pesquisa sobre Desastres – CEPED, Florianópolis Santa Catarina, 2006.

MARICATO, Ermínia. Brasil, **Cidades: alternativas para a crise urbana**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

MARTINS, J. A. L.; LOURENÇO, L. **Os riscos em Proteção Civil**. Importância da análise e gestão de riscos para a Prevenção, o Socorro e ... a Reabilitação. Territorium. 16 (2009) 191-217. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/13290>
 Acesso em: 05. jan. 2016.

Nações Unidas Escritório das Nações Unidas para Redução de Desastres, **Como Construir cidades Mais Resilientes Um Guia para Gestores públicos Locais**, Uma contribuição a Campanha Global 2010-2015 Construindo Cidades Resilientes – Minha cidade esta se preparando!, Genebra, Nov 2012. Disponível em:
http://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf. Acesso em 02 fev 2016.

TENAN, Luiz C. **Calamidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Secretaria Geral, 1977.

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, **Capacitação básica em Defesa Civil**: livro texto para educação á distancia/(Textos: Alexandre Lucas Alves; Juliana Frandalozo Alves dos Santos; Sarah Marcela Chinchila Cartagena) Brasília, Defesa Civil Nacional, 2011.

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, **Capacitação básica em Defesa Civil**, (Textos: Janaina Furtado; Marcos de Oliveira; Maria Cristina Dantas; Pedro Paulo Souza; Regina Panceri), Florianópolis, CAD UFSC, 2012.

VILHAÇA, Flávio. **Dilemas do Plano Diretor**. IN: O Município no Século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima/ CEPAM, 1999. Disponível em <http://www.ongcidades.org/site/arquivos/artigos/dilemas436f94d59fb.pdf> Acesso em: 15 jan. 2016.